



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 639224 - GO (2021/0005773-7)

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR
IMPETRANTE : PRICILLA FABIANE ALVES SOUZA
ADVOGADO : PRICILLA FABIANE ALVES SOUZA TELES - GO042898
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS
PACIENTE : FILIPE SANTOS SOUZA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de FILIPE SANTOS SOUZA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS (HC n. 5501649-31.2020.8.09.0000).

O paciente teve a prisão em flagrante convertida em preventiva em razão do suposto cometimento do delito previsto no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006.

A impetrante sustenta que o paciente sofre constrangimento ilegal, seja pela ilegalidade de decretação da segregação cautelar de ofício, seja pela ausência de fundamentação idônea à prisão. Aduz ainda excesso de prazo na formação da culpa.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para que o paciente responda em liberdade o processo.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ressalte-se que sem plausibilidade a alegação de nulidade em razão da decretação da preventiva de ofício, pois as "alterações promovidas pela Lei n. 13.964/2019 não impedem a conversão da prisão em flagrante em preventiva, de ofício, pelo Juízo singular, se presentes os requisitos do art. 312 do CPP e a necessidade urgente da cautela processual" (HC n. 614.155/RS, relator Ministro Rogério Schietti Cruz, Sexta Turma, DJe 11/12/2020).

Ademais, "o prazo para a conclusão da instrução criminal não tem as características de fatalidade e de improrrogabilidade, fazendo-se imprescindível raciocinar com o juízo de razoabilidade para definir o excesso de prazo, não se ponderando a mera soma aritmética dos prazos para os atos processuais. Precedentes" (AgRg no RHC n. 137.237/SP, relator Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe 18/12/2020), o que torna a liminar, em plantão, em princípio, momento inadequado ao acolhimento da alegação de excesso de prazo.

Por fim, "é firme a jurisprudência desta Corte no sentido de que 'a preservação da ordem pública justifica a imposição da prisão preventiva quando o agente ostentar maus antecedentes, reincidência, atos infracionais pretéritos, inquéritos ou mesmo ações penais em curso, porquanto tais circunstâncias denotam sua contumácia delitiva e, por via de consequência, sua periculosidade' (RHC 107.238/GO, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, DJe 12/3/2019)" (AgRg no RHC n. 131.260/MG, relator Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, DJe de 22/10/2020).

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente